

Credibilidade anda escassa

BRASÍLIA — A falta de credibilidade do governo é o maior impedimento para um plano de estabilização da economia, de acordo com o diagnóstico de um assessor do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. Ele considera que, antes de qualquer medida, é preciso que a sociedade volte a confiar nos dirigentes e a inflação retome uma relativa estabilidade, ainda que se mantenha elevada, mas em patamares inferiores a 20%.

Neste ponto, o ex-ministro e atual deputado Delfim Netto (PDS-SP) concorda plenamente, e vai mais longe: considera Bresser um técnico de “boa qualidade”.

— O ministro deve agir somente quando estiver preparado, consciente de que tem as condições objetivas. Ele não deve fazer algo só porque esperam que faça — recomenda Delfim.

Sem credibilidade para um novo congelamento — “onde estarão os fiscais do Sarney?”, pergunta, cético, um assessor do ministro da Fazenda — e diante de uma inflação de 20% ao mês, a equipe de Bresser sabe que precisa fazer algo. Novamente vem a hipótese de um pacto social, que possibilite um choque. Mas, antes disso, é preciso estabilizar a taxa inflacionária.

Corte no déficit — A receita imediata de um dos assessores de Bresser é um corte no déficit público, acompanhado por uma política fiscal mais efetiva, que pode ser traduzida pelo aumento de impostos e um controle maior sobre os preços. Desta forma, haveria uma redução das pressões e a inflação cairia para índices menores, afastando o risco de um processo hiperinflacionário. Depois disso, um pacto social poderia garantir um congelamento e a redução da taxa para níveis próximos de zero.

O deputado Delfim Netto também tem uma solução semelhante. Ele recomenda o corte imediato do déficit — “sem números, porque estou fora do governo e não posso avaliar a necessidade real” —, seguido por uma liberação de preços, juros, câmbio e negociação livre de salários.

— A recessão provocada por estas medidas levaria a uma perda da capacidade de barganha dos trabalhadores — lembra um ex-assessor de Funaro, afinado com a nova equipe da Fazenda. A proposta também é rejeitada por um assessor de Bresser Pereira.

Delfim rebate, dizendo que esta solução não provocaria maior recessão do que a vivida pelo país atualmente. Ele recomenda o esquecimento de obras como a ferrovia Norte-Sul, com um orça-

mento previsto para 2,5 bilhões de dólares, mas que deverá “ficar em mais de 7 bilhões, porque está subestimado e vai representar um gasto de 1% do Produto Interno Bruto”, afirma o deputado.

O ministro da Fazenda e seus assessores não admitem a queda no crescimento diagnosticada por Delfim Netto e garantem que as medidas de correção — como corte no déficit, arrocho fiscal — são passageiras. Eles apostam no choque negociado.

Estes mesmos assessores também afastam a *otenziação* da economia, que seria a indexação de todos os fatores econômicos pela OTN. A proposta faz parte do Plano Larida (dos economistas Persio Arida e André Lara Resende) e prevê um ajuste gradual, com o fim da inflação em OTN, mantendo-se em cruzados, mas caindo pouco a pouco.

Inflação Dupla — Segundo uma fonte do Ministério da Fazenda, a *otenziação* criaria uma inflação dupla, em cruzado e em OTN. Para este assessor, no ritmo atual, as pessoas fixariam o preço de alugueis, por exemplo, em OTN, mas aumentariam seu valor cotado nesta moeda. Ao lado disso, os preços continuariam subindo em cruzado.

O corte no déficit depende de alguns fatores essenciais: o custo da dívida interna e externa. Com uma inflação alta, o governo tem que pagar mais caro por seus papéis, destinados a buscar recursos no mercado financeiro. A renegociação da dívida externa também vai apontar para gastos maiores ou menores, conforme os termos de um acordo com os credores. Por isso, a equipe de Bresser Pereira pretende conversar com os credores, “mas sem abrir mão do crescimento brasileiro”.

É com esta tese que a equipe pretende viajar ao Japão, em data a ser marcada, para negociar a liberação de uma parte dos 30 bilhões de dólares já oferecidos pelo governo japonês aos países endividados. A aplicação destes recursos está condicionada a “uma conversa com o FMI”, segundo uma assessora da área econômica. “Não vamos seguir a receita clássica do Fundo Monetário”, garante um auxiliar de Bresser Pereira. A sua posição está baseada num raciocínio lógico: “Se vamos parar de crescer, como quer o FMI, por que os japoneses investiriam seus dólares em projetos que, neste caso, não seriam executados?”

Enquanto negocia, a nova equipe econômica aposta na estabilização da inflação sem medidas sacadas de uma cartola mágica. Depois disso, um choque com o apoio de toda a sociedade.